**[Sistema de Arquivo do Estado - SIARQ: um modelo - Artigo](http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigodet&cod=49)**  
Marcia Medeiros da Rocha  
14/06/2006

**Sistema de Arquivo do Estado - SIARQ: um modelo de gestão documental para a esfera pública.**

Marcia Medeiros da Rocha - historiógrafa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo

O texto objetiva apresentar a realização do projeto de gestão de documentos, atualmente desenvolvido pelo Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS), para a esfera da administração pública estadual. Relata um histórico da atuação do SIARQ em suas tentativas anteriores de tratamento documental, a experiência acumulada, seus sucessos e falhas. Enfoca a diferença deste projeto atual, que se manifesta através da interação entre dois aspectos fundamentais - a responsabilidade do estado em manter o patrimônio público e os fundamentos da ciência arquivística. Estes aspectos apresentam-se integrados uma necessária estratégia de marketing, que visa a conscientização quanto à importância da gestão documental para a qualificação do estado e para a formação de um patrimônio público documental. Ao final, destaca alguns aspectos passíveis de reflexão neste processo de implementação do Sistema.

Palavras-chave

Sistema - gestão documental - arquivo - documento público.

Introdução

Documentos públicos são patrimônio da sociedade. São fontes de identidade, conhecimento e cidadania. É seu direito acessá-los e fiscalizar sua manutenção. Mas a quem cabe garantir as condições de organizá-los, mantê-los e disponibilizá-los?

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, refletindo a legislação brasileira, determina que compete "à Administração Pública do Estado, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear-lhe a consulta". A Arquivologia é a ciência que estuda teorias e métodos de organização e tratamento de documentos, e sua conversão em potencial de informação. A História estuda as sociedades no espaço e no tempo, procurando reconstruções do passado na tentativa de compreendê-lo para explicar o presente.

Este texto objetiva apresentar a realização de um projeto de gestão documental para a esfera pública estadual, através da interação entre dois aspectos fundamentais - a responsabilidade do estado em manter o patrimônio público e os fundamentos da ciência arquivística - aliados a uma necessária estratégia de marketing.

Histórico

Entendendo sistema como um "conjunto de arquivos de mesma esfera governamental ou de mesma entidade, pública ou privada, que, independentemente da posição que ocupam nas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na consecução de objetivos técnicos comuns", o Arquivo Público elaborou uma proposta para a criação de um sistema de arquivos para o estado do RGS. A idéia era que os arquivos da administração pública estadual funcionassem de modo tecnicamente homogêneo. A disposição em concretizar esta determinação legal vinha ao encontro da necessidade do poder executivo do estado em organizar tanto a massa documental em produção, quanto a já acumulada.

Através da criação do Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS), objetivou-se "assegurar a proteção da documentação arquivística do Poder Público Estadual como elemento de apoio à administração e por seu valor histórico e cultural, harmonizar as atividades nas diversas fases de administração de documentos de arquivo - corrente, intermediário e permanente, às peculiaridades dos órgãos geradores da documentação e facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público, de acordo com as necessidades da administração pública e da comunidade".

O SIARQ apresenta a seguinte estrutura: a coordenação geral sob a responsabilidade da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, estando o titular da respectiva pasta na presidência, e o Arquivo Público caracterizando o órgão central para a realização das políticas pertinentes. Como órgãos setoriais figuram as Secretarias de estado e os órgãos de assessoramento ao governador, ou seja, a administração direta, o alvo da atuação do Sistema. Estes órgãos devem compor suas Comissões Setoriais de Arquivo (CSAs).

Como instância final do processo de tratamento à documentação aplicado pelo SIARQ, constitui-se a Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD). É de sua responsabilidade acompanhar e implementar o processo de avaliação de documentos públicos, em termos arquivísticos, aprovar as tabelas de temporalidade de documentos. Em função da complexidade desta tarefa, é composta por representantes da Procuradoria Geral do Estado, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS, Secretaria da Fazenda e um arquivista do Arquivo Público; tendo por presidência o diretor do Arquivo Público.

Estabelecido desta forma, o SIARQ apresenta como condição fundamental para seu funcionamento, uma rede de parcerias, onde cada instituição tem o seu papel, e o trabalho deve ser compartilhado entre os diferentes agentes envolvidos na gestão documental.

Entende-se por gestão documental "a administração da produção, tramitação, organização, uso e avaliação de documentos mediante técnicas e práticas arquivísticas, visando a racionalização e eficiência de arquivos".

Assim sendo, o órgão central deste Sistema preparou-se para concretizá-lo. Foi realizado um concurso público e, no ano de 1992, ingressaram no Arquivo Público, os primeiros bacharéis em arquivologia, e dois historiadores. Vale lembrar que, àquela época, a instituição contava com oitenta e seis anos de existência e dois pavilhões com mais de 500 m² cada, repletos de documentos.

Como principal atribuição, o órgão central deve orientar tecnicamente os demais integrantes do Sistema. Tendo por alicerce, os princípios da ciência arquivística, tal orientação se efetiva através da elaboração de diretrizes e normas básicas para o funcionamento do SIARQ, que deverão definir métodos para organização e funcionamento das atividades de arquivos correntes, intermediários e permanentes. É também sua função participar, junto à cada órgão setorial, do processo de avaliação, da elaboração dos planos de destinação, tabelas de temporalidade, e de sistemas de processamento eletrônico de dados aplicados à documentação de arquivo. Deve ainda o órgão central, orientar no tratamento dispensado aos documentos que serão submetidos à microfilmagem, bem como promover a realização de cursos de aperfeiçoamento para os demais componentes do sistema.

A equipe de arquivistas deste órgão central estruturou-se para desenvolver as práticas do SIARQ. O primeiro passo para a aplicação de qualquer política de gestão documental prevê o conhecimento dos elementos sobre os quais e para os quais se vai trabalhar, ou seja, o conhecimento dos arquivos da administração pública estadual. Os técnicos, em duplas foram destacados para ‘in loco' conhecer os documentos nas Secretarias. O objetivo era saber se realmente existiam e em que condições estavam os arquivos setoriais. Tinham a seguinte tarefa: identificar o órgão (criação e denominações), as respectivas tipologias documentais produzidas e o volume da documentação. Ao retornar ao órgão central, os técnicos relatavam aos demais componentes da equipe, suas experiências.

Após este mapeamento em todos os setores das Secretarias, ficou constatado que a administração pública produzia documentos de forma descontrolada e, em geral, sem condições de armazenamento. Seus arquivos caracterizaram depósitos de papéis.

Na tentativa de solucionar a questão dos depósitos, foi elaborado um esboço de tabela de temporalidade de documentos para todo o estado. Mas o instrumento não foi aplicado, pois resultou em uma extensa listagem genérica de tipos documentais, onde os órgãos setoriais não se identificavam.

O amadurecimento científico da equipe, paradoxal a diminuição da quantidade de técnicos, revelou que seria necessário o estudo da evolução das estruturas administrativas governamentais do RGS. Conhecendo os mecanismos de formação e atuação do estado, seriam identificadas as origens, competências e atividades das respectivas estruturas administrativas. Para a ciência arquivística, esse conhecimento possibilitaria a construção do arranjo intelectual. Ao constatarem que o estado era carente em informações sobre o registro de sua própria trajetória administrativa, a equipe elaborou um instrumento, denominado "Organização Estrutural do Poder Executivo", composto por sete volumes, cada um retratando a estrutura administrativa de um período governamental, de 1967 a 1995.

Juntamente com o Departamento de Planejamento Organizacional da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, o Arquivo Público definiu os instrumentos de trabalho a serem utilizados pelos órgãos setoriais, na aplicação do SIARQ. Constituíram-se assim os formulários de Levantamento da Produção Documental (LPD), Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), Termo de Eliminação, Guia de Transferência, Guia de Recolhimento e Calendário de Destinação.

Com o objetivo de capacitar as Comissões Setoriais e envolvê-las no processo de tratamento à documentação, o órgão central produziu material com subsídios técnicos, polígrafos de avaliação e classificação, descrição, preservação e estruturação de órgãos setoriais. Informações sobre como deveriam proceder as Secretarias que desejassem criar, organizar e manter seus arquivos.

Diante da extrema dificuldade em homogeneizar o tratamento para os diferentes arquivos da administração direta, o órgão central propôs como alternativa, que a gestão dos documentos ocorresse distintamente para cada órgão setorial. Ou seja, o SIARQ trabalharia conforme a demanda das instituições interessadas. As reuniões com as Comissões Setoriais passaram a ocorrer no Arquivo Público, como uma estratégia de sensibilização, através do contato direto dos agentes setoriais com a instituição, e da possibilidade de apresentá-los aos acervos do Arquivo, também tratados conforme as diretrizes do Sistema.

Foram desenvolvidos um site e uma logomarca, com o objetivo de reforçar a identidade do SIARQ, divulgar os trabalhos desenvolvidos e criar um canal de comunicação, tanto com os órgãos setoriais, como com os demais sistemas de arquivos existentes.

A partir da experiência acumulada ao longo deste período, o Arquivo Público constatou que a maior dificuldade para a aplicação de políticas de tratamento de arquivos, manifesta-se no que poderíamos chamar de falta de ‘estratégia de marketing'. E, trabalhar esta estratégia, significa abordar dois eixos distintos, mas que podem ser complementares: a gestão documental serve tanto como uma ferramenta de trabalho para a agilização da administração pública, e conseqüente modernização do estado, quanto como uma garantia para a preservação de um patrimônio documental.

E esta estratégia deveria tornar ‘palpáveis' estes eixos, de forma que as vantagens obtidas com a gestão documental se manifestassem, em um curto espaço de tempo, de forma concreta, real e visível aos olhos de todos os que trabalham com documentos. E, principalmente, aos olhos dos administradores. Caracterizando a gestão documental como um instrumento desejável, o sistema de parcerias seria bem sucedido. Os administradores possibilitando as condições e garantindo o comprometimento com a realização do trabalho, e os agentes setoriais aplicando e multiplicando as diretrizes arquivísticas definidas pelo SIARQ, através de seu órgão central.

A falta dessa estratégia refletiu-se na descontinuidade do trabalho iniciado. As comissões setoriais têm a responsabilidade de orientar e acompanhar a execução das atividades arquivísticas durante a implementação do Sistema, identificando possíveis problemas e apresentando propostas ao órgão central. A organização de arquivos prevê avaliações, seleções, descrições, planos de classificação e codificações. Trabalho minucioso, e de resultado em longo prazo. Circunstância necessária, e que torna o processo de gestão documental quase impraticável, se a idéia de modernização da máquina pública e manutenção do seu respectivo patrimônio documental não for um projeto ideologicamente 'comprável'.

Esta conjuntura de trabalho em parceria confronta-se com as expectativas dos agentes setoriais ao requisitarem uma intervenção técnica em seus documentos. Comprovou-se que, na maioria dos casos, a solicitação do trabalho do SIARQ, não vem do desejo de uma gestão documental, mas sim da urgência das instituições, em esvaziar seus depósitos. A 'faxina' confere um resultado imediato, proposta mais atraente do que se debruçar sobre uma massa documental para analisá-la e organizá-la.

Ainda assim, a proposta do SIARQ havia conseguido sensibilizar alguns parceiros. A perseverança das comissões setoriais garantiu à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Departamento Administrativo, Departamento de Administração de Recursos Humanos e Departamento de Transportes do Estado), Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Departamento Administrativo), Secretaria da Fazenda (Contadoria Geral do Estado e Supervisão de Administração), Secretaria da Justiça e Segurança (Polícia Civil, Divisão de Pessoal do Departamento de Administração Policial, Academia de Polícia Civil e Conselho Superior de Polícia), Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (Departamento Administrativo); a publicação de tabelas de temporalidades de documentos para estes departamentos. O SIARQ também elaborou uma tabela de temporalidade para atividades administrativas meio.

A equipe técnica do Arquivo Público é consciente de que estes instrumentos não são definitivos. Foram os possíveis de serem criados neste contexto de pouca conscientização quanto à gestão documental. Por outro lado, a experiência acumulada durante estes anos, possibilitou à equipe conhecer o funcionamento da administração pública. Premissa básica para a adequada aplicação dos princípios arquivísticos nestes acervos estaduais.

O projeto atual

O primeiro semestre de 2003 trouxe ao Arquivo Público a reflexão de que o SIARQ apresentava-se frágil enquanto sistema. Não tinha homogeneidade nem abrangência na administração direta, seu órgão central de execução sofria um desgaste muito grande na tentativa de desenvolver políticas arquivísticas apropriadas, eram poucos os resultados efetivos, e muitas as cobranças quanto ao dever de orientar a gestão da documentação pública estadual.

A fim de transformar esta realidade, começou a ser gestado no Arquivo Público, um projeto ambicioso, aliando o compromisso do poder público (através do comprometimento dos órgãos central e setoriais); à aplicação de um conhecimento (científico e empírico) acumulado; e a uma estratégia de conscientização quanto aos benefícios da gestão documental para a qualificação do estado.

A combinação destes aspectos - a responsabilidade pública e conhecimento transdisciplinar - concretiza-se em um cronograma de execução, simultâneo para todos os órgãos da administração direta. As diretrizes do SIARQ estabeleceram uma seqüência de atividades básicas para a organização de documentos, que deverá ser implementada nos órgãos setoriais através da coordenação das respectivas comissões, tendo como respaldo, a orientação técnica da equipe do órgão central.

O cronograma distribui as atividades entre os diferentes agentes envolvidos, de forma exeqüível para todos. Foi planejado um modo de trabalho em que os agentes setoriais podem desenvolver as atividades do SIARQ, sem maiores danos ou alterações em suas rotinas. O que é imprescindível, é a anuência dos superiores hierárquicos e o apoio dos colegas. Do mesmo modo, o órgão central pode acompanhar e supervisionar a ocorrência de todas as etapas nas diferentes Secretarias, e elaborar os instrumentos necessários para o tratamento arquivístico, a partir de uma visão global das estruturas da administração pública estadual.

Esta visão global cria condições de se trabalhar a gestão documental de forma integrada, não setorizada, identificando processos e relações intersecretariais, com o objetivo de adaptar os métodos científicos à dinâmica administrativa do estado.

Garantindo a assessoria da equipe de arquivistas, oferecendo instrutorias específicas para determinadas atividades, e proporcionando palestras de aprimoramento profissional; o projeto viabiliza o envolvimento de servidores de diferentes níveis hierárquicos em relação ao SIARQ. Objetivamente, o cronograma sintetiza a seqüência de atividades, em três momentos:

1º - diagnóstico da situação dos arquivos estaduais, apresentação do projeto e formalização do compromisso de implementação do Sistema.

Do segundo semestre de 2003 à Maio de 2004, foram nomeadas comissões setoriais de arquivo nas Secretarias que ainda não dispunham deste órgão colegiado. Foi realizado um encontro com a finalidade de apresentar o órgão central, conhecer as comissões setoriais e capacitá-las para a realização do censo dos arquivos estaduais. Procedeu-se este censo. Em Dezembro, foi promovido um evento intitulado "a modernização da gestão pública como ferramenta de trabalho", com o intuito de integrar e conscientizar os representantes das Secretarias quanto aos benefícios da gestão documental. O órgão central forneceu subsídios com conceitos básicos de arquivologia aos agentes setoriais. Em Março, outro evento, "políticas de arquivo para o estado", trouxe o Secretário da Administração (na condição de presidente do Sistema) apresentando oficialmente o projeto de implantação da gestão documental aos servidores estaduais. Caracterizando o comprometimento com o trabalho proposto, ocorreu assinatura do termo de adesão ao SIARQ entre o Secretário da Administração e os Secretários das demais pastas.

2º - início do processo de tratamento arquivístico.

A partir de Maio de 2004, ocorreu a capacitação das comissões setoriais para a realização do levantamento da produção documental (LPD). Esta capacitação aconteceu no órgão central. Foram dois encontros, onde se trabalhou aspectos referentes ao engajamento das comissões neste processo, instrumentalizando-as com técnicas de divulgação do projeto e de motivação dos demais colegas de órgão setorial no sentido de contribuir com o processo de gestão documental. A instrutoria para aplicar o LPD se deu através do exercício de preenchimento de um questionário a ser aplicado em todos os segmentos dos respectivos órgãos setoriais. Este período assinala o início simultâneo da realização do LPD nas Secretarias estaduais.

Com previsão de término em Dezembro de 2004, a etapa atual está destinada ao estudo dos LPDs pelo órgão central. Como resultado, a equipe do Arquivo vem, simultaneamente, elaborando propostas de séries documentais, planos de classificação e pré-tabelas de temporalidade para todas as Secretarias. E ousando, ao considerar a padronização de tipologias documentais através do reconhecimento de funções semelhantes, devido a visão integral do conjunto do aparato administrativo. Estão sendo agendadas reuniões com os órgãos setoriais para a discussão das propostas formuladas e sua aplicabilidade na documentação em tratamento.

3º - aplicação dos instrumentos de gestão documental.

A partir de 2005, está planejada a conformação definitiva das tabelas de temporalidade, sua aprovação final pela Comissão Central de Avaliação de Documentos, e a capacitação das comissões para aplicar as TTDs e organizar os respectivos acervos. Prevê-se ainda o planejamento da estruturação dos espaços físicos que irão se constituir em arquivos setoriais.

Na efetivação deste projeto, o Arquivo Público continua defrontando-se com velhos e novos entraves. Porém, a existência de um cronograma com atividades claramente definidas e respectivos prazos de execução, o compromisso dos agentes envolvidos firmado em documento de adesão, e o monitoramento do órgão central - através da constante comunicação, tanto entre a equipe técnica e as comissões, como entre a direção do Arquivo e os colegas diretores dos demais Departamentos - tem possibilitado à atuação do SIARQ, condições de sucesso. E os resultados estão aparecendo. Das vinte e cinco instituições que iniciaram o trabalho, vinte e três estão dando continuidade ao processo.

Mas, o que se apresenta de forma inédita, é a ‘estratégia de marketing' desenvolvida. Foram elaborados dois impressos - um folder e um boletim informativo bimestral. O primeiro enfoca a seqüência das atividades arquivísticas procedidas pelo SIARQ e seus decorrentes resultados parciais. Detalha cada etapa, a fim de tornar visível o objetivo final do tratamento à documentação. O segundo, caracteriza mais um canal de comunicação (além da página na internet), através do qual os agentes setoriais e demais interessados podem se informar sobre diversos aspectos relativos a gestão de documentos. Há espaço destinado para textos de estudiosos, legislação pertinente, manifestações de comissões setoriais e, logicamente, para informações quanto ao andamento do trabalho em desenvolvimento.

A proposta de intercalar as atividades práticas de tratamento de acervos com palestras de qualificação profissional oportunizou aos representantes dos órgãos setoriais assistirem, até o momento, palestras proferidas pelo diretor do Arquivo Nacional, por um representante da câmara técnica de documentos eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos, pelo diretor do Arquivo Municipal de Barcelona (ES) e por uma consultora, especialista em gerenciamento de processos nas organizações.

Os encontros entre o órgão central e as comissões, tanto nas instrutorias específicas, nas palestras promovidas, como em assessorias nos órgãos setoriais, invariavelmente tangenciam (quando não explicitam) a questão das vantagens obtidas com a gestão documental: a garantia do acesso rápido, fácil e seguro aos documentos (que repercute na agilização da tomada de decisões e na dinamização dos procedimentos administrativos, diminuindo a burocracia), o melhor aproveitamento do espaço físico, maior economia de material, etc. Habilidade que a equipe do Arquivo Público vem desenvolvendo, no sentido de tornar a imagem de seu ofício mais atraente e eficaz, do que exclusivamente técnica.

Trabalhar com a idéia de que a gestão documental é um instrumento tanto de modernização administrativa, quanto de manutenção de um patrimônio; possibilita ao estado sua qualificação, confere-lhe o adjetivo da transparência e cria condições para a existência futura de sua história. Este é o conceito que fundamenta o conjunto de ações, informalmente chamado pelo Arquivo, de ‘estratégia de marketing'.

Algumas considerações a partir de resultados iniciais

Compreendemos a implementação do SIARQ como um processo de tratamento científico à documentação, que teve seu início no comprometimento dos responsáveis por este Sistema, que vem apresentando o desenvolvimento do trabalho em parceria (na construção dos instrumentos necessários), e que projeta a aplicação destes instrumentos para a conseqüente organização e harmonização dos arquivos da administração pública estadual. Assim, a partir desta etapa intermediária em que o projeto se encontra, já é possível destacar alguns elementos passíveis de reflexão.

A diferença técnica fundamental deste projeto para as tentativas de gestão documental anteriores está no foco do objeto em tratamento. O Sistema está incidindo na documentação atualmente produzida. Esta proposta visa tratar o documento desde o seu ‘nascimento', momento em que já terá definido seu tempo de vida e sua destinação (e despertando possibilidades de normatização de seu formato e denominação). Assim, os documentos que registrarão a trajetória deste período administrativo em diante, já nascerão organizados, circunstância que facilitará o acesso em seu uso diário, e o trabalho dos futuros arquivistas.

Neste sentido, para que fosse possível compreender a conjuntura atual desta massa documental, foi desenvolvido um LPD específico. Em formato de questionário eletrônico, o instrumento objetivou identificar as competências (expressas ou não em Lei), atividades e legislação fiscalizadora de cada órgão setorial. Indagou também as peças documentais produzidas, seus fluxos e periodicidades, e disponibilizou um espaço para a sugestão de temporalidade por parte dos respectivos produtores de tais documentos. Como são muitas as informações solicitadas pelo LPD, a equipe do Arquivo estipulou que, metodologicamente, cada atividade desempenhada deveria corresponder a um questionário de LPD.

A capacitação fornecida às Comissões Setoriais para a realização do LPD, teve o propósito de multiplicar o conhecimento, compartilhando o trabalho (e a responsabilidade) com os demais servidores envolvidos na produção de documentos. Foi a maneira encontrada pelo Arquivo Público de atuar, simultânea e homogeneamente, nas distintas Secretarias estaduais.

A realização do LPD ocasionou, em algumas Comissões Setoriais, reflexões quanto suas posturas e/ou desempenhos profissionais. Técnicas do Arquivo ouviram comentários como "eu não me dava conta que fazia tanta coisa", ou "não percebia que o que eu produzia no meu setor era tão importante e passava por tantas mãos", ou ainda "que bom esse questionário, pois todos dizem que eu não faço nada!". Sem entrar no mérito do significado que tais reflexões provocam, este ‘feedback' demonstra que o SIARQ está conseguindo envolver as pessoas, na medida em que elas se identificam no instrumento elaborado. Não foi exceção, constatações de que a dinâmica do trabalho de suas instituições poderia ser melhor compreendido a partir de sua respectiva dinâmica documental.

Como primeiro resultado, o órgão central recebeu a maior parte dos LPDs provenientes de setores administrativos. Ao mesmo tempo em que caracterizou os colaboradores setoriais mais atuantes (em geral os recursos humanos dos arquivos, centros de documentação e protocolo), este resultado representou um problema, pois atividades administrativas são semelhantes, mesmo em órgãos distintos. Havia informação suficiente para elaboração de instrumentos de tratamento aos documentos administrativos, porém faltava o conhecimento da documentação decorrente da maioria das áreas técnicas. Em linguagem arquivística, as atividades-fim do estado. Do ponto de vista da História, o volume de material não apresentava diversidade de conteúdo. Faltava o que irá gerar memórias da administração da saúde, do trabalho, da educação, da segurança. A produção documental destes segmentos, denominados na estrutura estadual como Departamentos de Execução, quase não apareceu neste momento inicial. À pergunta ‘que tipo de atividades você desenvolve no seu setor?', foram dadas respostas como respostas como "atividades técnicas"...

Tal circunstância (não prevista no planejamento inicial) fez com que a equipe do Arquivo intensificasse o monitoramento, e as formas de persuasão. Foram agendados encontros com representantes destas áreas técnicas. Reuniões fundamentalmente de conscientização, mas em alguns casos, o principal produto do encontro foi o LPD respondido.

Esta reformulação de procedimento foi necessária para que um segundo aspecto do projeto se efetivasse - a atuação simultânea do SIARQ. Destaca-se aí, a importância do cronograma de execução para as atividades propostas. Ainda que alguns prazos sofram alterações, eles existem, e caracterizam o compromisso com o trabalho em desenvolvimento. Para a equipe do Arquivo, o cumprimento destes prazos era condição fundamental para a ocorrência de uma gestão documental de forma integrada. Somente a partir das informações sobre os diversos documentos existentes nas distintas Secretarias, seria possível desenvolver uma visão abrangente do funcionamento estrutural da administração pública do estado, identificando seus processos, suas continuidades e rupturas, pontos de semelhança e especificidades. Para que então, se desenvolvam instrumentos harmônicos entre si, e eficientes ao tratamento científico. Este é o desafio atual da equipe técnica do Arquivo.

Outro elemento a ser destacado para reflexão é a necessidade do exercício da transdisciplinaridade. Ou seja, o conhecimento arquivístico interagindo com o conhecimento histórico, jurídico, econômico (fiscal), informático, pedagógico e de comunicação; para aplicação de um trabalho na realidade da administração pública estadual. Este processo é doloroso e requer dedicação, generosidade e tolerância por parte dos detentores de conhecimentos segmentados. Uma visão global é produto do compartilhamento de conhecimentos complementares.

As estruturas públicas não estão, em sua totalidade, aptas a receber, por exemplo, um modelo teórico puramente arquivístico, ou um doutrinamento histórico. Nem é esta sua função. Mas elas produzem seus registros, documentos, fonte primária de trabalho nas áreas da história, arquivologia e informática. Partindo do princípio que é impossível armazenar (e tratar) a totalidade da documentação pública produzida durante os exercícios de governo, há que se pensar critérios para organização e seleção documental, a fim de evitar, não só a produção descontrolada, como a eliminação indiscriminada. Matéria não só das ciências anteriormente citadas, como das áreas jurídica e fiscal.

A Comissão Central de Avaliação, órgão colegiado, e instância final de aprovação de TTDs no SIARQ está constituída desta forma multidisciplinar. Mas o projeto atual considera que o intercâmbio de conhecimento deve acontecer durante todo o processo de gestão documental.

Dessa forma, o intercâmbio vem ocorrendo no Arquivo Público, na medida em que a História tem se dedicado ao estudo da 'exploração' da administração pública como possibilidade de fonte de pesquisa, e participado da discussão quanto à temporalidade no processo de avaliação dos documentos, fundamentalmente, com a tentativa de construção de critérios para a definição de tais idades. Arquivologia e História vêm apreendendo padrões de regulamentação e fiscalização jurídica e fiscal, bem como atualizando constantemente conhecimentos tecnológicos.

O último ponto destacado para análise diz respeito, também, ao exercício de um conhecimento transdisciplinar. É a necessidade da ‘estratégia de marketing'. Todas as etapas de implementação do SIARQ estão permeadas por alguma forma de marketing. Que se manifesta no material de divulgação do Sistema (folder, página na internet, informativos impressos), nos eventos promovidos (intercalando atividades técnicas com aprimoramento profissional), e no acompanhamento aos órgãos setoriais (com os discursos quanto aos benefícios decorrentes do tratamento documental, e de conscientização quanto à necessidade de existência de fontes para construções de memórias administrativas). Estes mecanismos de sensibilização, motivação, qualificação e envolvimento são desenvolvidos a partir do contato com as áreas de recursos humanos e das ciências da comunicação. Proposta originária do Arquivo Público, a partir da constatação de que um sistema de gestão documental não é, em princípio, um projeto ‘comprável'.

E um dos motivos pelos quais o SIARQ não seduzia, era o longo período de trabalho a ser realizado para que fosse apresentado algum resultado. Mas esta é uma condição imutável, para quem conhece o trabalho com massa documental. Portanto, havia que se desenvolver uma forma em que os resultados aparecessem (mesmo que parcialmente) antes do término do trabalho, e que este término também fosse visível. Daí a implementação de um cronograma, cuja divulgação e fortalecimento, se consolidam na reprodução de suas fases de implantação no folder, e cujo chamamento é "sem o seu trabalho, nossa história desaparece".

A princípio esta é uma estratégia simples de marketing, mas para o projeto, o folder representa uma sintética e objetiva explicação do que o SIARQ pretende, bem como a segunda maneira mais eficaz de tornar o projeto conhecido por todos os departamentos das Secretarias de estado.

A primeira é, sem dúvida, a participação das técnicas do Arquivo nas sucessivas reuniões organizadas pelas CSAs nos respectivos órgãos setoriais. Sob a ótica da estratégia, o acompanhamento técnico desperta uma sensação de confiança no trabalho implementado. Além das reuniões, o acompanhamento se dá em diferentes níveis hierárquicos, conforme a necessidade, para cada órgão setorial. Constituíram-se distintas redes de comunicação, de circulação de informações articuladas pelo órgão central. A direção do Arquivo comunica-se com os demais diretores de departamentos e com o Secretário da Administração (presidente do Sistema), o Secretário comunica-se com seus pares, os técnicos trocam conhecimentos. A proposta do SIARQ é envolver cada vez mais parceiros, difundindo a gestão e agregando multiplicadores.

Este é o ponto crucial para a ocorrência do projeto. O Sistema de Arquivo é um sistema de parceria. Parceria que precisa ser conquistada, precisa ser convencida. No caso do produto ser o resultado de um trabalho técnico, há que se ter propriedade no conhecimento e convicção da qualidade deste trabalho. O Arquivo está atento para não cair na cilada da propaganda sem conteúdo. E este é o aspecto mais interessante da ‘estratégia de marketing' desenvolvida. Ela não surge de um agente externo, para o público externo. Ela foi se gestando internamente, a partir da identificação da fragilidade ‘mercadológica' do Sistema, de sua impossibilidade de ser atraente. Nasceu no amadurecimento profissional da equipe do Arquivo, no aprofundamento do conhecimento científico e na forma de aplicá-lo a uma realidade específica.

A idéia de gestão documental sempre será apropriada para um estado que deseja servir sua sociedade de forma honesta, democrática e transparente. Porém, ela nunca será tão interessante e tão essencial quanto políticas públicas de saúde, educação e segurança. E o caminho não deve ser o da competição (pois não há chance de vencer). Mas sim o da conscientização. Um longo percurso, para a construção da idéia de que a gestão documental, enquanto ferramenta de modernização do estado, pode agilizar e qualificar a implantação destas políticas mais urgentes. E enquanto um instrumento científico, assegurar à sociedade fontes primárias selecionadas, que possibilitarão o acesso à informação pública, e legarão a história de sua administração; a partir de um sistema desenvolvido pelos responsáveis por sua manutenção. E o marketing, adicionado ao conhecimento, facilita a trajetória do processo de conscientização.

**Bibliografia consultada**

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1988 ). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.**Porto Alegre, RS, 1988.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto - Lei nº 33.200, de 5 de junho de 1989. Institui o Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística.**São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.

MATTAR, Eliana. **Acesso à informação e política de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 135p.

SANTOS. Joel Abílio Pinto dos. **O acesso à documentação dos arquivos públicos como razão e contra - razão de estado e a produção do conhecimento histórico - social no mercosul.**2003. 177p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

TESSITORE, Viviane. História administrativa, a chave para os arquivos públicos. In: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Arquivo & História.**Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.p. 33-46.